

Todos ao Marquês de Pombal!

O governo PS de Sócrates insiste no aprofundamento das políticas e medidas que levaram à perda da maioria absoluta que detinham na anterior legislatura.

O meio milhão de votos perdidos pelo PS, não foi suficiente para convencer José Sócrates da obrigação em inverter o rumo que insiste em impor ao país, aos portugueses e aos trabalhadores.

Foi neste contexto que a partir de Janeiro deste ano e em função dos simulacros de negociação que se foram repetindo, reunião após reunião, entre a Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP) da CGTP-IN e o governo, que os trabalhadores do sector público não tiveram outra opção que ir para a luta.

Contra a retirada de direitos, contra o congelamento de salários e contra a perspectiva do PS e dos partidos de direita de destruir os serviços públicos, o PCP, os sindicatos da CGTP-IN do sector público, aprofundaram a mobilização dos trabalhadores, informando, sensibilizando e consciencializando face às intenções dos homens de direita que nos des-governam, há já 34 anos! O combate às políticas de direita é assim um imperativo nacional, uma obrigação de todos os trabalhadores, independentemente de serem oriundos do sector público ou privado.

Assim foi no dia 05 de Fevereiro, na manifestação da Administração Pública, com mais de 50 mil trabalhadores;

Assim foi na greve nacional da Administração Pública do dia 04 de Março. Greve que superou claramente as expectativas dos mais incrédulos;

Assim foi com a extraordinária luta dos enfermeiros;

Assim foi a 20 de Abril, através da mobilização das estruturas sindicais da Frente Comum, nomeadamente, o STML, o STAL e o Sindicato da Função Pública e dos trabalhadores desses mesmos sectores, numa importante e valorizada luta com concentração em frente à residência oficial do 1º Ministro;

Assim foi e como não podia deixar de ser, na grandiosa manifestação dos 36 anos do 25 de Abril de 1974. Foi um dia de festa, de alegria, de entusiasmo mas também de luta contra aqueles que nos querem roubar os direitos que as portas de Abril conquistaram;

Assim foi nas comemorações dos 120 anos do 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador. Um dia de festa mas principalmente um dia de luta. Milhares reafirmaram a rejeição às políticas do PS e dos seus parceiros de direita, o PSD e o CDS. Milhares disseram não ao PEC, o programa de instabilidade e retrocesso social.

E Vai ser assim : no dia 29 de Maio, dia de Jornada de Luta Nacional!

É tempo de dizer Basta, também para os trabalhadores da CML, na luta desencadeada contra o SIADAP, contra a Lei das Carreiras, Vínculos e Remunerações, contra a Lei da Mobilidade Especial, contra os Mapas de Pessoal, contra a Lei da Reorganização dos Serviços Autárquicos, cujo único objectivo é destruir os serviços públicos municipais através da redução do número de trabalhadores. BASTA!

Os comunistas, trabalhadores do Município de Lisboa, apelam a todos, homens e mulheres, que face a todas as dificuldades, não desistam de lutar por um Portugal de maior justiça, igualdade e mais solidário e onde a maioria decida efectivamente os seus próprios destinos e não o que se verifica hoje, com uma minoria que explora e que arrecada simultaneamente a riqueza criada pelos trabalhadores e pelo povo deste país.

Dia 29 Maio Contamos Contigo!

Trabalhador do Município de Lisboa Adere ao PCP

Ficha de Contacto

Nome: _____

Contacto | Telemóvel: _____ e-mail: _____

Local de Trabalho: _____

Envia-nos o teu contacto para: e-mail – celulapcp.cml@gmail.com
ou para Centro Trabalho Vitoria – Av.ª da Liberdade, 170 Lisboa.

Envia-nos notícias do teu local de trabalho, sugestões e propostas!

DÁ MAIS FORÇA AO PCP!

www.dorl.pcp.pt



boletim



Célula do PCP no Município de Lisboa | Maio-Junho 2010

É Tempo de Lutar!

Querem-nos fazer acreditar que a única saída possível é somar sacrifícios aos sacrifícios. Ninguém enjeita sacrifícios, mas não aceitamos que sobre uns (muitos) sejam descarregados mais cortes nos direitos, nos salários, nas pensões, enquanto outros (poucos) distribuem benesses aos milhões.

Querem-nos fazer acreditar que o futuro tem de ser o trabalho precário – à semana, ao mês, sem que alguém possa organizar a sua vida. Têm vindo a atacar e a denegrir os trabalhadores da administração pública, a empurrar para a reforma antecipada, a fechar serviços, a externalizar funções públicas, mas agora anunciam que vão contratar trabalhadores. Tínhamos razão quando denunciámos o erro de tal política e fica agora mais claro os objectivos do Governo PS: limpar da administração pública os trabalhadores experientes e contratar agora de forma precária trabalhadores para darem respostas a situações de emergência de alguns serviços. Que futuro é este para o nosso país?

Querem-nos amedrontar com a chamada crise. Falam mas não explicam. Falam dos mercados, mas não dizem o que isso é. Escondem que é dos bancos que estão a falar, bancos que continuam a ter lucros aos milhões à custa da crise, dos juros e comissões que levam sem nada produzirem. Sugam tudo à sua volta. E assim é porque o Governo permite.

O momento não é de ficarmos a assistir à retirada dos direitos um por um. É tempo de lutar!

Querem-nos conduzir à resignação, dizem que este não é tempo de lutar, de exigir direitos, em nome de um denominado interesse nacional que a política de direita todos os dias se encarrega de maltratar. O interesse nacional defende-se exercendo-se os direitos, exigindo respeito pela Constituição da República.

O tradicional e já velho centrão que domina Portugal está de novo em intensa acção. PSD e PS, PS e PSD, às vezes com o CDS-PP, lá estão, unidos, a impor mais e mais sacrifícios a quem vive do seu trabalho. Fingem num dia desavenças, para no dia seguinte, unidos, atacarem mais direitos. O PSD e o CDS-PP vão empurrando o PS para fazer o "trabalho sujo". E o PS executa-o com brio. Intocável fica o grande capital. Intocável fica os milhões que correm pelos conselhos de administração do grande capital. E querem que nos calemos? Não!

No próximo dia 29 de Maio, todos, mas todos, temos de marcar presença na jornada de luta que a CGTP-IN leva a efeito.

Não se trata só de defender os direitos de agora, mas de defender os direitos do futuro. Os direitos e qualidade de vida dos nossos filhos.

O PCP, hoje como sempre, não se resigna, não se vende, nem se deixa condicionar. Assumindo com lealdade, verdade e coerência os seus valores e princípios, prosseguirá a luta por uma vida melhor para os trabalhadores e o povo.

PÚBLICO É DE TODOS!

PRIVADO É DE ALGUNS!

Privatizações Não!



Gestão dos Refeitórios Municipais

Os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa têm-se tornado ao longo dos últimos anos num autêntico negócio em prejuízo dos milhares dos trabalhadores que destes serviços deviam usufruir.

A transformação da Caixa de Previdência da C.M.L. nos actuais Serviços Sociais foi simultaneamente uma transformação na sua concepção, funcionamento e objectivos. Relembramos os menos atentos, que o Conselho de Administração dos Serviços Sociais, um mês antes das eleições de Maio de 2009, baixou o valor das credenciais, na altura fortemente denunciado o seu carácter eleitoralista. Um mês após as eleições, voltou a subir esse valor, confirmando a justiça das críticas e denúncias feitas na altura.

Mas sobre a destruição dos Serviços Sociais por parte do bloco central que o gere, PS e PSD, muito haveria para dizer e sempre com graves prejuízos para os trabalhadores associados, beneficiários e utentes.

Contudo, hoje, o nosso propósito são os problemas que envolvem os refeitórios municipais.

Em 2002 a CML decidiu que não tinha condições para gerir os refeitórios e as unidades de educação e nesse sentido, elaborou um **Protocolo de Cooperação com os Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa**. A intenção era clara, passar a responsabilidade da gestão destes equipamentos para os Serviços Sociais.

Apesar das afirmadas “boas intenções, economicistas e empresariais” dos promotores deste protocolo, a ideia vinculada desde o início deste processo era a da aposta na incapacidade, objectiva e subjectiva, dos Serviços Sociais em efectivar os compromissos assumidos, resultando daqui a justificação para a entrega da gestão dos refeitórios camarários ao sector privado.

Passados estes anos, a realidade é que a gestão dos refeitórios continua a ser realizada por organismos da CML. Contudo, temos verificado diariamente a degradação progressiva dos mesmos. O caso do refeitório de Alcântara é, sem margens para dúvidas, o mais visível. Os responsáveis da CML desresponsabilizam-se quando confrontados com a necessidade de resolver os graves problemas que se vivem no refeitório de Alcântara, o refeitório que serve o maior número de refeições diárias de todos os refeitórios da autarquia de Lisboa.

Quer do ponto de vista das condições de trabalho, quer do ponto de vista dos utentes, a degradação, a falta de condições de trabalho, como o exemplo da falta de água quente canalizada, têm ajudado ao aprofundar da tese, de que a CML não tem condições para efectuar a gestão e manutenção destes equipamentos que prestam serviço fundamental aos trabalhadores e sem os quais, difícil-

mente teriam um almoço com a correlação preço/qualidade que actualmente acontece nos refeitórios municipais.

Ou seja, passados estes anos, estamos perante um limbo quanto à real responsabilidade pela gestão, mas estamos igualmente confrontados com a degradação inaceitável das condições de trabalho.

Perguntamos nós: com o valor do subsídio de almoço que actualmente se paga aos trabalhadores da administração pública onde, obviamente, se inclui os trabalhadores da CML, onde poderiam os trabalhadores almoçar, caso os refeitórios encerrassem? Com 3,80 euros, em lado algum, claramente!

A desresponsabilização que já referimos, por parte do actual executivo do PS, empurrando para os Serviços Sociais a resolução dos problemas denunciados, mostra sem margem de erro, a perspectiva e forma de funcionar dos responsáveis máximos da maior autarquia do País. Os problemas existem, a degradação aumenta e nós perguntamos: de quem é a responsabilidade? De um Protocolo mal feito? De um Protocolo mal aplicado? De incumprimento das responsabilidades que competem às partes?

A cumplicidade entre o executivo de António Costa e o Conselho de Administração dos Serviços Sociais é notória ou não se tratasse de “amigos” de longa data! Será por isto?

Para nós uma ideia está clara: os refeitórios municipais, não podem ser mais uma área onde o interesse económico e o lucro se sobreponham ao objectivo social dos mesmos. E não aceitamos a sua degradação, menosprezando os direitos e as condições de trabalho das trabalhadoras cozinheiras, quer dos trabalhadores da CML.

O PCP continuará a lutar pela manutenção dos refeitórios municipais sob a alçada da autarquia.

O PCP continuará a denunciar e exigir a resolução dos problemas que afectam os trabalhadores dos refeitórios nomeadamente as cozinheiras.

O PCP continuará a exigir a resolução dos graves problemas de degradação de infra-estruturas, que afecta vários refeitórios da CML, com particular ênfase no do refeitório de Alcântara.



Trabalhadores da EMEL Continuam Firmes na Luta Pelos Seus Direitos



Os Trabalhadores da EMEL estão em luta há 5 anos pelo direito à Contratação Colectiva. Querem um Acordo de Empresa (AE) onde sejam consagrados os seus direitos não permitindo que mais nenhuma Administração os roube de forma arbitrária e abusiva, como tem acontecido.

No último plenário de trabalhadores foi decidido ir em passeio até à assembleia municipal, onde já tinham estado no passado ano, para dar a conhecer aos deputados municipais o ponto da situação das suas reivindicações:

- O aumento da carga horária de 10 horas semanais, da retirada de um dia de descanso semanal e da consequente queixa à ACT, o CA da EMEL recebe um Auto de Advertência alertando-a para corrigir as ilegalidades cometidas.
- As condições de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho continuam em franca degradação e foram também objecto de queixa à ACT.

Após intervenção na assembleia foi realizado um plenário de trabalhadores à porta do Fórum Lisboa, onde foi decidido:

- Solicitar reuniões a todos os grupos municipais;
- Solicitar a conciliação do processo negocial ao Ministério do Trabalho.

O plenário de trabalhadores decidiu ainda a elaboração de um documento, dirigido ao CA, repudiando os prémios de produtividade implementados na empresa e exigir o aumento real dos salários.

A Luta Continua!

Estacionamento de 1ª e Trabalhadores de 2ª no Edifício do Campo Grande

Continua a ser notória a diferença de tratamento entre os funcionários que laboram nos diversos Departamentos no Campo Grande e os funcionários que efectuem trabalho nos Gabinetes de Vereadores neste edifício.

Se uns efectuem “corridas loucas” para estacionarem os seus veículos no parque do Edifício, há os outros que têm os lugares reservados o dia todo. **Atente-se ao caso dos lugares reservados para os Gabinetes dos Srs. Vereadores, que inúmeras vezes, não têm qualquer ocupação automóvel ao longo do dia.**

Se considerarmos que estão previstos aumentos substanciais nos parques da EMEL na cidade, os funcionários que laboram no Edifício Central do Município de Lisboa, contribuíram significativamente para o aumento dos lucros



desta Empresa Municipal, uma vez que, em redor deste amplo local de trabalho da CML, só existe estacionamento automóvel pago.

A célula do PCP preconiza que os lugares de estacionamento devem ser disponibilizados para **todos os trabalhadores deste edifício**, indiferentemente do seu cargo.

Atentos a estas situações que tanto afecta os trabalhadores do Edifício do Campo Grande, o PCP continuará com estes trabalhadores a reivindicar melhores condições de trabalho e igualdade de tratamento.

Afinal, todos continuam sem refeitório no Edifício do Campo Grande !

